



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO: MUITO MAIS QUE LUTA, UMA NOVA
PROPOSTA EDUCACIONAL**

Andréa Carolina Lopes de Aguiar

São Carlos

31/10/2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO: MUITO MAIS QUE LUTA, UMA NOVA
PROPOSTA EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
realizado sob a orientação do Prof. Dr. Luiz
Bezerra Neto, do Departamento de Educação
do Centro de Educação em Ciências Humanas
da UFSCar.

Andréa Carolina Lopes de Aguiar

São Carlos

31/10/2009

Agradeço ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos-Ufscar e a todos os professores que no decorrer do curso se esforçaram para que as suas disciplinas vinculassem à nossa prática, para que assim formassem educadores conscientes da sua profissão docente e da sua responsabilidade como formador de sujeitos.

Agradeço também ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto que se mostrou aberto a qualquer ajuda que eu precisasse e a qualquer dúvida que tivesse, me dando total abertura durante a pesquisa e me aconselhando tanto em relação à pesquisa em si como em relação à literatura pesquisada.

E agradeço à coordenação do curso que sempre esteve presente quando precisássemos, em qualquer situação do curso tanto em relação às disciplinas como em relação às questões burocráticas.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
METODOLOGIA.....	8
1. O contexto de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	9
2. Pedagogia do Movimento.....	11
2.1 Proposta Educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	13
2.2 O papel dos educadores do campo na formação do sujeito rural.....	21
3. A luta do camponês pela educação no e do campo.....	29
Considerações Finais.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
Documentos Eletrônicos.....	43

RESUMO

A presente monografia faz parte do trabalho de conclusão de curso (TCC) da turma de pedagogia iniciada em 2006, e tem por título: “Educação no e do campo: muito mais que luta, uma nova proposta educacional”. Surgiu a partir do projeto de iniciação científica desenvolvido nesta Universidade, financiada pelo PIBIC, cujo título foi “Os procedimentos metodológicos utilizados pelos educadores do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) na sua prática de ensino cotidiana”, no qual busquei trabalhar com o MST e a educação no e do campo.

A decisão de trabalhar com este tema se deu pelo fato de que a educação no campo tem sido pouco discutida por quem está fora da ótica da via campesina e por este assunto ser um assunto relacionado à cidadania, direitos humanos e luta por igualdade social e mesmo assim estar excluída das políticas públicas e currículos dos cursos de graduação.

A questão principal da pesquisa foi aprofundar os conhecimentos sobre a luta pela educação do e no campo, bem como refletir sobre os procedimentos metodológicos utilizados pelos educadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na sua prática de ensino cotidiana e sua proposta educacional, buscando entender como isto irá proporcionar aos alunos das áreas de reforma agrária uma humanização e conseqüentemente formação de cidadãos críticos, para que estejam aptos a se tornarem agentes transformadores da sociedade.

Neste texto, ressaltamos a importância dos movimentos sociais, pois estes fazem com que as camadas populares possam participar e mudar nossa atual sociedade, nesse sentido destacamos o MST como sendo um dos movimentos populares mais fortes e conhecidos no Brasil e que levou a dinâmica da educação no e do campo para o campo da discussão e prática por ser interesse de seus militantes. Assim na presente monografia abordaremos de forma mais significativa a proposta educacional do MST.

Para tal discorreremos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a sua luta pela educação no e do campo como uma luta também do próprio Movimento, bem como a proposta educacional do Movimento.

INTRODUÇÃO

O campesinato e a luta pela educação no campo são temáticas bastante debatidas pelos movimentos sociais e por seus estudiosos. Tal preocupação não é de forma alguma desnecessária ou demasiada, principalmente para nosso país, visto o domínio da burguesia agrária e a grande valorização dada aos centros urbanos. Neste sentido, na lógica da sociedade capitalista, a questão da pequena agricultura familiar e educação no campo, tornam-se grandes problemas.

Podemos exemplificar a questão usando como referência a afirmação de Horácio Martins de Carvalho de que “os valores dominantes que orientam as políticas públicas para um pretenso desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil acatam como ideal a lógica da grande empresa capitalista no campo” (CARVALHO, 2003. p.16).

Diante deste quadro, decidimos aprofundar os conhecimentos sobre a luta pela educação do e no campo, bem como refletir sobre os procedimentos metodológicos utilizados pelos educadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na sua prática de ensino cotidiana, buscando entender como isto irá proporcionar aos alunos das áreas de reforma agrária uma humanização e conseqüentemente formação de cidadãos críticos, para que estejam aptos a se tornarem agentes transformadores da sociedade.

Discutiremos mais especificamente a proposta educacional do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e se esta consegue na sua prática atender a necessidade dos educandos do meio rural.

Para entender melhor esta questão, devemos ainda analisar os problemas de acesso, de qualidade, localização das escolas do campo e as políticas públicas que garantem, ou não, os direitos dos sujeitos que ali habitam.

Nesse sentido é preciso perceber que a partir da proposta educacional do educador do campo e do Movimento em si é que, o sujeito do campo se forme como um sujeito social com sua identidade, cultura, valores e como a pedagogia irá conduzir esses valores.

Para discutir tal problema, optamos por elaborar o texto em capítulos e tópicos, partindo desses capítulos, distribuído em três itens subitens, a saber: 1- o contexto de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); 2- a Pedagogia do Movimento e 3- a luta do camponês pela educação no e do campo.

METODOLOGIA

Para obter os resultados esperados por esta pesquisa, foi feita uma ampla pesquisa bibliográfica, portanto, de caráter qualitativo, tantos nos documentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, quanto nos textos daqueles educadores que dão sustentação teórica aos professores e coordenadores do setor de educação do MST, para que a partir de então, pudéssemos refletir com mais profundidade sobre o assunto em questão.

A pesquisa realizou-se tanto nas bibliotecas das universidades públicas quanto particulares que disponham de textos que tratem da luta pela educação no campo, como na biblioteca da Escola Nacional Florestan Fernandes, que concentra grande parte da bibliografia utilizada pelo MST.

Utilizou-se ainda, das informações contidas tanto no sítio do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra quanto nos sítios de busca que trouxeram alguma informação sobre a temática.

1 O contexto de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Para discutir o contexto no qual inicia-se a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, devemos primeiro lembrar que a luta pela terra vem desde o período imperial, momento em que se institui a lei de terras, proclama-se a abolição da escravatura e não se faz uma reforma agrária que contemple a força de trabalho de ex-escravos, dada as grandes concentrações fundiárias que fizeram surgir os diversos grupos de resistência como os Quilombos, as guerras de Canudos e contestado e movimentos como as Ligas Camponesas, entre outros ((GRZYBOWSKI, 1990, p.77-78).

Assim, a partir de 1964, com a criação do Estatuto da Terra, decretado no governo civil-militar encabeçado pelo general Castelo Branco, passamos a ter aquilo que poderia ser entendida como a primeira lei de Reforma Agrária no Brasil, e que visava mexer com a estrutura fundiária do país (GRZYBOWSKI, 1990, p.77-78).

Nesse sentido podemos dizer que com o Estatuto da terra, pelo menos na letra da lei houve a possibilidade de algumas desapropriações, embora na prática, isto praticamente não tenha ocorrido, visto que somente algumas famílias foram assentadas, sobretudo nas regiões em que havia muitos conflitos, ou seja, era uma medida para evitar os conflitos que já estavam acontecendo pelo país afora (GRZYBOWSKI, 1990, p.77-78).

Foi devido a existência destes conflitos que surgiu o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra contando com a força e influência da Igreja Católica e Luterana, principalmente a partir de 1975, quando formou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que muito trabalhou na reorganização e no formato das lutas camponesas (GRZYBOWSKI, 1990, p.22-24).

Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra acaba por efetivamente se formar em 1984/1985 em meio ao clima de luta pelas “Diretas Já”. Nessa data houve um encontro de todos aqueles que já faziam parte da luta camponesa, para que se pudesse decidir como realizar a Reforma Agrária, como podemos observar no texto a seguir, onde afirma-se que:

Os participantes concluíram que a ocupação de terra era uma ferramenta fundamental e legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais em luta pela democratização da terra. A partir desse encontro, os trabalhadores rurais saíram com a tarefa de construir um movimento orgânico, a nível nacional. Os objetivos foram definidos: a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social¹.

Esta luta ganha força a partir de 1985, momento em que o governo de José Sarney aprovava o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no qual pretendia-se colocar em ação o Estatuto da Terra, mas o plano acabou por somente ficar no papel tendo cumprido somente 6% das metas que fora estabelecida no PNRA (GRZYBOWSKI, 1990, p.77-78).

Assim, a luta dos trabalhadores rurais, fez surgir, durante o processo constituinte a União Democrática Ruralista (UDR) que três frentes: braço armado - incentivando a violência no campo -, para impedir a reforma agrária, tendo o apoio da bancada ruralista no parlamento e a mídia como aliada (GRZYBOWSKI, 1990, p.15).

Nesse sentido os ruralistas, durante o processo de discussão e elaboração da constituição de 1988 lutaram muito para impedir o avanço da reforma agrária. Apesar disso, com suas ações os movimentos sociais conseguiram alguns avanços que foram importantes, como os expressos nos:

Os artigos 184 e 186 que fazem referência à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira e hino. Assim, foram se estruturando os diversos setores dentro do Movimento².

Na atualidade, as lutas deste movimento (MST), tem reacendido o debate em torno da Reforma Agrária e de uma nação justa, com a atuação do MST, este se apresenta como importante movimento de luta pela terra, articulada à defesa da cidadania, de valores humanistas, da participação popular, da educação, de relações igualitárias de gênero, vinculando-os à luta por uma sociedade nova.

O MST está organizado em quase todos os Estados do Brasil, tendo assentado mais de 300 mil famílias, conseguindo consolidar-se como um Movimento organizado que

¹ (www.mst.org.br/especiais/23/destaque; acessado em 20/10/2009).

² (www.mst.org.br/especiais/23/destaque); acessado em 20/10/2009.

conquistou um importante espaço político na sociedade brasileira. Como analisa o próprio Movimento:

Atualmente, o MST está organizado em 24 estados, onde há 130 mil famílias acampadas e 370 mil famílias assentadas. Hoje, completando 25 anos de existência, o Movimento continua a luta pela Reforma Agrária, organizando os pobres do campo. Também segue a luta pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana, princípios definidos lá em 1984³.

Nesse sentido a educação no e do campo entrou na pauta do Movimento, como parte das lutas e das organizações dos sujeitos rurais. Sendo assim, a luta não seria mais apenas pela terra e Reforma Agrária, mas por condições dignas de vida e de afirmação e enraizamento de sua identidade.

As lutas dos movimentos sociais do campo e especificamente do MST, como admitia, na década de 1980, Cândido Grzybowski, tornaram-se um projeto da classe trabalhadora do campo, para todas as pessoas que estão no campo e engajadas na luta por uma educação que ultrapasse os currículos das escolas urbanas e chegue até os currículos das escolas rurais.

2- A Pedagogia do Movimento

Ao se pensar na luta pela educação no e do campo não se deve desconsiderar a importância da relação entre a luta pela terra e o currículo escolar, seja nas escolas do meio urbano, seja nas escolas do meio rural. Mas não é isso que vemos acontecer principalmente nas escolas instaladas no meio urbano. De acordo com os educadores do campo ligados ao MST, isso tem ocorrido pelo fato de os vários governos terem priorizado mais as populações urbanas nas atuais políticas públicas implementadas pelo Estado, sobretudo no campo das políticas educacionais.

Devemos ressaltar nesta pesquisa a educação no meio urbano e sua importância, percebendo também que esta precisa de melhoras e que não é a educação de qualidade que queremos.

³ (www.mst.org.br/especiais/23/destaque); acessado em 20/10/2009.

Mas o que pretendi estudar com mais profundidade foi a educação no meio rural seus parâmetros, suas metodologias, seus currículos e o que ainda falta para que esta seja efetivamente implementada.

Nesse contexto se faz necessária a discussão das metodologias utilizadas pelos educadores que atuam nas áreas rurais, pois segundo os defensores de uma educação do campo, no campo, estes devem também se reconhecer como um sujeito que ao mesmo tempo em que ensina também aprendem, superando preconceitos, seus não-saberes e com vontade de enfrentar novos desafios, novas práticas e experiências, sobretudo aquelas ligadas ao seu fazer na escola.

Assim nesse capítulo abordarei a proposta educacional do MST, a educação como instrumento de superação e formação de militantes e o papel dos educadores no processo de formação e enraizamento da identidade dos sujeitos rurais como sujeitos Sem Terra.

Seguindo este raciocínio, as lideranças do movimento dos trabalhadores rurais sem terra defendem a necessidade da formação de educadores e educadoras no campo, pois estes já serão sujeitos sociais do próprio ambiente de aprendizagem como cita Roseli Caldart:

A formação das educadoras e educadores é o centro dessa proposta, pois não há escolas no campo sem a formação dos sujeitos sociais do próprio campo, que assumam e lutem por esta identidade e por um projeto de futuro (CALDART, 2001, p. 66).

Sendo assim, o movimento entende que esses educadores já estão com formações adequadas às necessidades que os sujeitos do seu meio precisam e conseguem compreender essas necessidades, pois também é uma necessidade própria deles. Dentro dessa lógica eles sempre vão poder fazer o exercício de refletir sobre sua práxis para fazerem a escola que realmente querem para eles e toda a comunidade rural, uma escola nem excludente, nem seletiva, uma escola de todos, pois.

O ambiente educativo das escolas do MST propõe a organização e reorganização das relações sociais entre educadores (as) e educandos, combina no mesmo movimento pedagógico as diversas práticas sociais educativas, cultiva a vida como um todo: a luta, o trabalho, a organização coletiva, o estudo, as atividades culturais, o cultivo da terra, da memória (CALDART, 2001, p. 80).

Assim no próximo tópico abordarei de forma mais aprofundada a proposta educacional do MST para tal durante a pesquisa analisei livros de autores que escrevem sobre o movimento,

documentos impressos, eletrônicos e livros do MST.

2.1 Proposta Educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

É preciso reconhecer que existem projetos educacionais organizados para os trabalhadores rurais formando-os desde o Ensino Fundamental até uma formação para que este possa trabalhar no campo e obter sua própria renda, ou seja, esses projetos visam principalmente a agricultura familiar, Gestão Sustentável e Desenvolvimento Sustentável. Dentro desses podemos citar: o Projeto Terra Solidária, da FETRAF-SUL/CUT, o Saberes da Terra do Governo Federal, a Pedagogia para Educadores do Campo do MST em conjunto com a ASSESSOAR e a UNIOESTE e a Pedagogia da Alternância, da ARCAFAR-SUL (OLIVEIRA, 2008), sobre os quais trazemos as seguintes informações.

O projeto terra solidária consiste em formar os trabalhadores e dirigentes para o desenvolvimento sustentável, em um curso que de acordo com OLIVEIRA 2008, apresenta,

(...) os conhecimentos a serem trabalhados durante os 18 meses do Programa de Ensino Fundamental estão vinculados e dispostos nas seguintes Unidades de Ensino: 1) Apresentação do Projeto: Em chão que se planta educação colhe-se uma Terra Solidária; 2) Cultura, Etnia e Identidade; 3) Agricultura Familiar: Origens e Conceitos; 4) Agricultura Familiar: Potenciais e Limites; 5) Sistemas de Produção; 6) Sistemas Agroecológicos de Produção; 7) Sistemas de Produção e Processos de Trabalho; 8) Desenvolvimento: Origens e Conceitos; 9) Desenvolvimento Sustentável e Solidário; 10) Políticas Públicas; 11) Instrumentos de Políticas Públicas; 12) Relações Sociais; 13) Manejo Agroecológico e Sustentabilidade; 14) Socioeconomia Solidária; 15) Cooperação; 16) Gestão para Grupos de Cooperação; 17) Mercado e Agregação de Valor; 18) Crédito e Cooperativas de Crédito; 19) Projeto de Desenvolvimento Local e 20) Avaliação e Sistematização. (FETRAF-SUL/CUT, 2001, p. 35 apud OLIVEIRA, 2008, p.358).

Já no curso denominado de os saberes da terra apresenta-se um projeto realizado para jovens e adultos dos 16 aos 24 anos que visa formar o trabalhador, começando pelo Ensino Fundamental além de prepará-lo para trabalhar no campo e obter renda a partir do meio rural, ressaltando que a agricultura familiar está presente na maioria dos projetos.

(...) a ênfase na agricultura familiar se justifica pela importância histórica social e econômica que esta modalidade de organização social e produtiva apresenta no campo brasileiro. A agricultura familiar é uma forma de organização e trabalho que tem o controle sobre as decisões que se referem à cultura e criação a serem exploradas. O trabalho restrito ao grupo familiar e a produção destina-se ao sustento da própria família, o que leva ao entendimento da auto-produção, o que não exclui produzir

para o mercado (BRASIL, 2005, p. 3 apud OLIVEIRA, 2008, p. 369).

Outra ação importante se dá através da formação de professores para atender às necessidades dos trabalhadores do campo. Para tanto há alguns projetos firmados entre MST e algumas universidades, tais como UEL, UNIOESTE, UEM, UNICENTRO-UFPR, UNEMAT, UFSCar, etc. Cujo objetivo é fazer com que as universidades ofereçam cursos de pedagogia, já que segundo o MST, os cursos tradicionais não vêm fazendo, ou seja, discutir a educação no campo e formar educadores e educadoras para trabalhar no meio rural dando oportunidades ao direito de educar-se dos trabalhadores rurais. De acordo com Marcos Antônio de Oliveira:

(...) o processo de elaboração do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo teve seu início na II Conferência Estadual por uma Educação Básica do Campo, realizada em Porto Barreiro, Paraná, em novembro de 2000. A UNIOESTE esteve presente nas discussões juntamente com as entidades que participam da “Articulação Paranaense por uma Educação do Campo” com o intuito de consolidar a proposta de formação de educadores. Na oportunidade levantou-se então a possibilidade de implementação do Curso de Formação de Educadores na perspectiva de Ensino à Distância – Universidade Eletrônica, proposta que foi avaliada e em seguida rejeitada pelos integrantes das discussões, entendendo que o curso deveria ter como característica fundamental o regime presencial, embora pudesse não ser necessariamente desenvolvido no período normal da oferta dos outros cursos da Universidade, já que o público a quem se destinava também era provido de características diferenciadas dos demais no que se refere a tempo e espaço (ZANCANELLA 2008, p. 45-46 apud OLIVEIRA, 2008, p.374).

Outro projeto dentro dessas características da educação no campo diz respeito aos cursos estabelecidos através da chamada pedagogia da alternância em que as aulas são realizadas nas Casas Familiares Rurais no Brasil.

(...) a organização da Casa, neste caso para o ensino técnico, é de um professor por área do conhecimento, ou seja, um para a área de linguagem e suas tecnologias; outro para o de ciências humanas e suas tecnologias; outro professor de Educação Física e dois para a área de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Ou seja, não há professor específico para as disciplinas, mas um único professor para trabalhar Línguas (Português, Literatura, Artes e Língua Estrangeira); um único para trabalhar as Ciências Humanas (História, Geografia e Filosofia); dois para trabalhar a área de Matemática, Ciências e suas tecnologias (Matemática, Física, Química e Biologia) e um para a disciplina de Educação Física. (...) nas escolas de 5ª à 8ª série do ensino fundamental. O fato de não haver professor por disciplina ocorre pela organização do trabalho pedagógico da Casa Familiar Rural, que não é disciplinar. Como já visto, o objetivo do curso formal ofertado nesta instituição de ensino é permitir o desenvolvimento do meio, no caso uma

suposta agricultura familiar, para que ocorra uma melhoria nas condições de vida dos alunos e aumente as possibilidades destes permanecerem no campo como agricultores familiares (OLIVEIRA, 2008, p.385-386).

Além desses projetos, o MST desenvolve também, em parceria com a Universidade Federal do Pará e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), cursos que se estendem, desde a alfabetização de jovens e adultos até a formação acadêmica de nível superior dos educadores e educadoras do MST, além das escolas de Ensino Fundamental difundidas nos acampamentos e assentamentos.

Cumpramos ressaltar que o programa nacional de educação na reforma agrária (Pronera), não se restringe à Universidade do Pará, nem ao MST, mas têm convênios de formação para cursos superiores com várias universidades do país, sobretudo através dos chamados cursos de pedagogia da terra, que atende aos vários movimentos sociais que atuam no campo, visando a formação de pedagogos para atuarem nas áreas de reforma agrária.

Devemos ressaltar que para o MST a educação e a luta social não se desvinculam, uma é a estrutura da outra dado que os trabalhadores só se emanciparão e mudarão seu *status quo*, com as duas em sintonia, assim promovendo as mudanças que a sociedade brasileira necessita.

Nas bibliografias pesquisadas para a confecção deste relatório de pesquisa, notamos que a proposta pedagógica do MST teve seu início a partir das experiências implementadas nos vários assentamentos e acampamentos implantados pelo interior do Brasil. As propostas do Movimento buscam articular a educação desde as cirandas infantis até o ensino superior.

As cirandas infantis são assim chamadas por se constituírem em um espaço educativo que não necessariamente toma a forma de escola, embora em alguns momentos venha atuar também como espaço escolar, além de servir para lembrar a cultura popular, as danças, as brincadeiras folclóricas, a cooperação e a força simbólica de costumes que segundo o movimento, vem se perdendo.

Nesse sentido, a ciranda tem se transformado em um espaço educativo que busca trabalhar as várias dimensões do ser criança no MST, além de servir para possibilitar a participação das mães nos mais diferentes eventos promovidos pelo movimento.

É importante observarmos ainda, que na organização do MST há processos educativos que ocorrem fora da escola, denominados por alguns de educação não formal. Dentro do MST, são considerados processos educativos formais aqueles que estão ligados às práticas escolares e não formais as práticas não escolares.

O MST tem lutado por uma educação estatal que seja financiada pelo poder público e que se enquadre nos parâmetros do estado. Neste sentido, apóia-se tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) quanto no Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Para defender que a educação de suas crianças ocorra no campo, o movimento aponta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.9394 de 1996 determina em seu art.53- alínea V- que toda criança deve ter “Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência, assim como o estatuto da criança e do adolescente aponta que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”

Assim, é possível afirmar que as práticas educativas entendidas como não formais no MST se dão no sentido de formar o sujeito sem-terra, sendo que essas acontecem dentro das famílias e do movimento em sim, sempre com uma intencionalidade. Em se falando da escola, é preciso levar em conta que estas práticas acontecem no seu cotidiano, sendo que além, disso ocorrem também as reuniões de coordenação, núcleos das famílias, encontros da ciranda e sem-terras, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre outros.

Nas reuniões supracitadas ocorrem a elaboração de propostas para os encontros posteriores, de desenhos, poesias sobre o tema do encontro e esses encontros são sempre baseados na vivência cotidiana de cada sujeito rural, fazendo com que posteriormente cada um deles ajude ao movimento de uma forma mais consciente.

Nesse sentido podemos perceber que o MST concebe a aprendizagem como algo que está muito além da sala de aula, pois o movimento em si e a luta cotidiana pela qual os sem-terra passam faz com que eles caminhem cada vez mais em busca da igualdade social, luta por políticas públicas que defendam seus interesses na busca de uma educação gratuita e de qualidade não só para eles como para toda sociedade.

É necessário ressaltar que dentro do MST o grau de analfabetismo era muito alto chegando a 90% há 20 anos atrás, atualmente esse quadro melhorou consideravelmente depois que o Movimento tomou para si a luta pela educação dos sujeitos do MST, nesse sentido se faz cada vez mais necessária a luta por essas políticas públicas tão discutidas pelo movimento, por isso a educação de jovens e adultos (EJA), dentro do movimento se tornou tão importante na luta para

diminua ainda mais o número de analfabetos⁴.

A EJA, ao trabalhar com a concepção de educação criada por Paulo Freire, organizada por temas geradores, segundo o movimento, possibilita uma maior reflexão sobre a realidade em que o jovem está inserido. Para o movimento muito mais do que alfabetizar esses sujeitos rurais, o objetivo da educação de jovens e adultos é fazer com que eles questionem, discutam, problematizem seu pensamento, pensando para muito mais além, se conscientizando, se politizando e opinando sobre a realidade em que vivem para assim poderem transformá-la (CALDART, 2004, p.231).

Os educadores do MST entendem ainda, que o trabalho e educação não podem se dissociar. Nesse sentido, procuram tomar por base a pedagogia concebida pelos educadores russos, Pistrak e Makarenko. Pistrak concebia a educação como algo inerente à sociedade, portanto falava em educação social. Assim para ele o ato de educar consistia em dotar o indivíduo de princípios que “possibilitarão uma avaliação moral de sua própria pessoa, enquanto membro da sociedade, a determinação do próprio lugar na grande luta pela existência.” (PISTRAK, 1981, p.87).

O MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os militantes do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos estados em que o MST atua, a luta se dá não só pela reforma agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana⁵. Para justificar uma educação diferenciada para os povos do campo, o movimento estabeleceu alguns princípios educativos que servem para toda a sua proposta. Nesse sentido, é possível afirmar que o MST incorporou como princípios filosóficos os seguintes ideais:

Os princípios filosóficos são divididos em cinco partes; 1) Educação para a transformação social; 2) Educação para o trabalho e a cooperação; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) Educação com/para valores humanistas e socialistas; e 5) Educação como um processo de formação e transformação humana (MENEZES NETO, 2003, p. 105).

⁴ (www.mst.org.br/especiais/23/destaque); acessado em 20/10/2009.

⁵ (www.mst.org.br 26/06/ 2009).

Na mesma linha, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), estabeleceu também alguns princípios pedagógicos, como os que seguem:

1) Relação entre teoria e prática; 2) Combinação Metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) a realidade como base da produção do conhecimento; 4) Conteúdos formativos socialmente úteis; 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) Gestão democrática; 10) Auto – Organização dos/das estudantes; 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/ educadoras; 12) Atitude e habilidade de pesquisa; 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (NETO, 2003. p. 110).

Em muitos pontos dos princípios filosóficos e pedagógicos apresentados pelo movimento é notória a influência de Pistrak (1981), pois nos princípios filosóficos há a presença de um ideal de cidadão e o que é necessário desenvolver para que se atinja o objetivo desse ideal de cidadão e sociedade. E nos princípios pedagógicos há os princípios que tratam do relacionamento de questões econômicas, sociais, políticas e culturais, ou seja, compreensão da realidade e a conscientização por parte dos sujeitos rurais.

Devemos, então, ressaltar que quando o sujeito rural adentra uma escola urbana, muitas vezes, este acaba por ficar fora do contexto relacionado ao cotidiano no qual vive e está inserido, o contexto do seu acampamento/assentamento.

Ao mesmo tempo em que a interação campo-cidade faz parte do desenvolvimento da sociedade brasileira, esta interação se distancia da realidade cotidiana do sujeito rural, dado que as políticas públicas implementadas pelos sucessivos governos brasileiros em todas as suas esferas pouco tem valorizado e levado em consideração, sobretudo na educacional, a realidade do meio rural. As ações concretas visando o desenvolvimento da sociedade são sempre pensadas a partir da cidade, não incorporando a visão daqueles que vivem no campo e, muitas vezes sem uma análise mais rigorosa da própria realidade do campo. A educação não foge à regra.

Percebendo que seus interesses nem sempre eram considerados pela classe dominante, o MST começa a organizar congressos com o objetivo de articular um setor que até então não havia sido muito discutido, mas era de interesse de todos os trabalhadores rurais que queriam ver seus filhos na escola e também aprender a ler e escrever, este seria o setor da educação no movimento.

Uma das grandes preocupações desse setor passou a ser a formação de educadores e educadoras para atuar no próprio campo, surgindo então escolas profissionais.

Começa a luta por uma escola do campo nos acampamentos e assentamentos do MST. Compreendia-se que o acampamento e o assentamento do sem-terra do MST deveria ter uma escola e, de preferência, não uma escola qualquer (CALDART, 2001, p. 45).

A proposta educacional do MST enfatiza a necessidade de se criar uma consciência de classe daí a necessidade de se promover a formação de militantes. O MST adota como referenciais teóricos especialmente, Paulo Freire, Makarenko, Pistrak, entretanto não escolhe uma pedagogia específica, os educandos e educadores são quem escolhem a mais adequada, conforme as necessidades de seus sujeitos.

A proposta educacional do Estado brasileiro para o campo (As Diretrizes Operacionais para Escola do Campo) apresenta muitos avanços, a saber: universalização da educação básica e profissional nas próprias comunidades rurais; flexibilização do calendário e espaços escolares; formação inicial e continuada de professores; diferenciação do custo aluno, entre outros. Com referência às demandas educacionais dos sujeitos do campo, vistas pelos seus olhos; traduzem-se em expectativas em relação à escola, abrangendo três pontos centrais:

- 1- Aquisição de habilidades como leitura, escrita, cálculo e transmissão de conhecimentos;
- 2- Formação moral;
- 3- Preparação para o trabalho no campo; (MION & JESUS, 2006, p.6).

Essas expectativas refletem de certa forma os valores e ideologias presentes em nossa sociedade. O pensamento dos trabalhadores rurais, de certa forma reflete seu modo de vida e seus próprios valores.

Assim no atual modelo educacional brasileiro, a educação escolar constitui-se em um forte espaço de produção e reprodução das classes sociais e de seus conjuntos de ideologias, valores, hábitos, cultura e identidades. E apesar desses diversos mecanismos de reprodução social o que percebemos é que no meio educacional rural, há uma tentativa de homogeneizar a educação, desvalorizando as diferenças históricas e culturais construídas dentro dos processos educativos.

Deste modo por meio dessas políticas educacionais, as camadas dominantes que estão no poder se revestem de

uma forma ou outra numa tentativa de continuar a manter o controle da oferta da escolarização nos moldes atuais, ou seja, mantendo-se uma educação urbana, única, tanto para os setores urbanos quanto para os setores agrários. Porém, os movimentos sociais, conscientes de seu poder de articulação, levantam a sua bandeira de luta por uma educação diferenciada que se materialize em uma pedagogia da resistência.

Frente a essa realidade, o desafio posto pelo movimento, tem sido pensar em uma educação do e no campo, em uma escola do e no campo, que visualize as mudanças sociais e consiga acompanhá-las, ao mesmo tempo em que possibilite a formação de seus agentes e as crianças, jovens e adultos, vinculando o saber universal às experiências de vida dos educandos, para que se tornem sujeitos participativos, dialógicos, humanizados e capazes de estabelecer os alicerces de uma nova ordem social.

A base da formação humana do MST e da experiência educativa está no próprio movimento e nos sujeitos a ele inseridos que produz e reproduz sua identidade descobrindo e re-descobrindo o mundo.

Nesse sentido é possível afirmar que o princípio educativo do MST nada mais é o princípio do movimento, como diz CALDART (2004), é o ato de transformar transformando a terra, a história, a própria pedagogia, sendo essa a raiz e o formato da pedagogia do MST.

Nas matrizes pedagógicas do movimento há uma série de variações e nenhuma que seja uma pedagogia original ou mesmo alguma pedagogia já proposta. É a vivência educativa e o cotidiano de cada sujeito do campo que vai moldar a própria pedagogia do movimento.

As principais matrizes pedagógicas do próprio movimento na formação dos sujeitos são: Pedagogia da luta social, Pedagogia da terra, Pedagogia da cultura, Pedagogia da organização coletiva e Pedagogia da história (CALDART, 2004, p. 330).

Nessa perspectiva percebemos que o mais importante na formação pedagógica do sujeito Sem Terra é a valorização de uma pedagogia comprometida com a luta social, fazendo com que os sujeitos rurais tenham consciência de qualquer um deles podem modificar o mundo e a sociedade, ou seja, que podem transformar o estado das coisas.

Nesse sentido o educador formado no meio urbano em geral não reconhece o meio rural como um lugar que apresenta uma realidade diferenciada, com uma identidade que precisa ser recuperada, valorizada e preservada.

2.2 O papel dos educadores do campo na formação do sujeito rural

A grande maioria desses educadores e educadoras não estão habituados ao cotidiano do campo, acabando por não se integrar a comunidade escolar a fim de conhecê-la, contribuindo no processo de construção de um currículo diferenciado.

Além da escola em si o movimento também é um espaço educativo no qual como cita CALDART (2001), há a formação de valores e a educação da sensibilidade; o cultivo da memória e o aprendizado da história; a produção de conhecimentos humanamente significativos; a formação para o trabalho; a formação organizativa; a formação econômica e a formação política.

No que se refere às práticas educativas, CALDART (2004) ainda destaca as aulas; as oficinas; o trabalho e a produção; a gestão coletiva; as atividades artísticas e lúdicas; a participação em ações do Movimento fora da escola e a sistematização das práticas.

Devemos ressaltar que apesar do movimento não ter uma pedagogia específica, sua metodologia está baseada na educação popular, por meio de uma concepção criada por Paulo Freire, ou seja, a de que o ser humano é inconcluso e sempre está se formando, portanto na possibilidade que este tem a capacidade de ser mais que está na obra intitulada *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, compreendendo a natureza humana num processo dinâmico em que o sujeito constitui-se social e historicamente.

Para que verdadeiramente haja uma relação de ensino e aprendizagem é de suma importância a relação de confiança entre educadores e educandos, gestores e comunidade interessada, enfim, entre todos os interessados na escola, para que seja possível estabelecer o que FREIRE (2005) chamava de uma educação problematizadora.

A partir desse pressuposto, os educadores do MST entendem que poderá se construir um conteúdo que realmente faça sentido na vida do educando. Para tanto, é preciso levar em conta a realidade dos alunos, fazendo a leitura de mundo, investigação que seja conscientizadora, fazendo com que cada indivíduo possa se dar conta de sua posição no mundo.

Essa perspectiva tem como finalidade possibilitar as pessoas aperceberem-se de sua condição por meio da reflexão crítica em torno das relações homens-homens, homens-mundo, a fim de superá-la (FREIRE, P., 2001, p.29-30).

Nesse sentido devemos entender que o campo traz intimamente ligado a si, uma ampla gama de culturas, política, valores, significações, lutas e ideologias e assim consequentemente práticas pedagógicas havendo então uma relação de ensino e aprendizagem, uma experiência educativa e a cada experiência um novo aprendizado, que deve fazer parte das políticas públicas implementadas pelo governo e no projeto político pedagógico das escolas do campo.

Faz-se necessário que ressaltemos que o urbano também possui cultura, valores, significações, lutas, ideologias e crenças e por a educação não ser neutra há em cada prática pedagógica uma prática política também, mas na presente pesquisa iremos nos limitar a falar sobre a educação do e no campo, nunca esquecendo a importância da luta pela qualidade da educação, seja essa no campo ou no meio urbano.

De acordo com CALDART (2004) com seus dirigentes, o MST entra nessa luta como um movimento popular que reivindica a necessidade que seus militantes sentem de verem seus filhos na escola que eles não tiveram e muito mais que estes possam ter uma educação que faça sentido no cotidiano de cada um deles, na vida que eles têm e dentro da luta que eles vivem, fazendo com que estes tenham uma consciência crítica e se formem como sujeitos com uma identidade, identidade de serem sem-terra, ou seja, um sujeito constituído pelas lutas do MST.

Nesse sentido o MST acaba até por ser uma utopia ao pensar que o mais natural é que aqueles que queiram trabalhar na terra e produzir deveriam tê-la já que esta é um bem natural, mas no sistema capitalista a terra se torna apenas um produto. O que o movimento faz é entendido como algo libertador, pois seus militantes que antes eram apenas trabalhadores rurais desintegrados de sua terra acabam por se apropriar de uma identidade coletiva de pessoas que querem a mesma coisa, terra para viver, plantar e criar seus filhos, como cita CALDART (2004):

(...) produz uma identidade que primeiro é política, mas que se torna também cultural á medida que recupera raízes, recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais e assim faz história (CALDART, 2004, p. 32).

A educação escolar tem servido, particularmente para manutenção do *status quo*, dado que esta não tem conseguido atender as necessidades do sujeito do meio rural e algumas dessas escolas só servem como formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho capitalista. Ela continua trabalhando com conceitos desvinculados da realidade, do

meio rural em que as disciplinas estão separadas, compartimentadas, que em muito contribuem para a má qualidade do ensino e para a exclusão, já que poucos conseguem concluir o Ensino Médio e menos ainda o ensino superior. De acordo com CALDART (2004):

Não se pode confundir educação com escola. Escola não é o único espaço de formação humana, mas é um lugar fundamental de educação do povo porque constitui em um tempo e espaço de processos socioculturais que interferem significativamente na formação e no fortalecimento dos sujeitos sociais que dela participam (CALDART, 2004, p. 90).

A proposta educacional do MST se vincula muito ao conceito de educação popular de FREIRE (2006), no qual somos seres inconclusos e, portanto, temos a possibilidade de sermos a partir do momento em que nos conscientizamos da nossa sociedade e do contexto em que vivemos e assim podemos nos constituir como sujeito social e histórico.

CALDART (2001) destaca ainda, a formação de valores e a educação da sensibilidade; o cultivo da memória e o aprendizado da história; a produção de conhecimentos humanamente significativos; a formação para o trabalho; a formação organizativa; a formação econômica e a formação política. No que se refere às práticas educativas, a autora destaca, ainda, as aulas; as oficinas; o trabalho e a produção; a gestão coletiva; as atividades artísticas e lúdicas; a participação em ações do Movimento fora da escola e a sistematização das práticas.

Segundo FREIRE (2001), esta relação de confiança é fundamental para que seja possível estabelecer uma educação problematizadora. Na busca de se construir uma consciência em cada sujeito, mas que seja sua consciência, sua visão do processo pelo qual cada sujeito está e vai continuar passando há a necessidade de levar em conta a realidade dos alunos, percebendo a leitura de mundo que cada sujeito faz isso ocorre por meio da investigação conscientizadora no qual cada indivíduo possa entender sua posição no mundo.

Essa perspectiva tem como finalidade possibilitar as pessoas a perceberem sua condição e refletirem sobre ela, mas tornando essa reflexão crítica através das relações que eles travam em torno de outros indivíduos e dos seus objetivos a fim de superá-la e assim se emancipar.

A elaboração da proposta educacional no movimento vai muito além de ler os textos dos autores, dado que ela é muito influenciada pelo cotidiano pedagógico de cada acampamento e assentamento dos militantes do movimento valorizando sempre o que cada educando já sabe e a experiência de cada um deles, ou seja, valorizando a fala, a visão de mundo deles em uma relação na qual o educador e educando aprendem juntos, ou seja, juntos constroem seu conhecimento.

Nessa perspectiva é que podemos pensar em se ter uma escola diferenciada no campo, pois se fossem iguais as outras eram melhor que deixassem que as crianças freqüentassem as escolas urbanas, dado que os professores que atuam aí, estão melhores preparados. O sentido da escola no meio rural está no trabalhar as ideologias do movimento, sua cultura, sua bandeira, seus valores, suas brincadeiras e suas canções, ou seja, a escola do MST não quer servir só para que o aluno aprenda a ler e a escrever. Ela deve formar sujeitos sem-terra, trabalhadores do movimento, cidadãos críticos que lutem por uma causa.

O movimento vê o projeto educativo como um projeto que produza também sonhos, e a cada projeto realizado dentro do movimento eles vão ver mais a frente uma nova luta e mais um novo projeto a ser realizado. Essa experiência educativa tenta recuperar as utopias de uma sociedade diferente da sociedade capitalista, construindo modelos sociais e humanos e orientando para um futuro promissor.

A partir desses pressupostos os sujeitos rurais devem ter um pensamento de contestação social com a possibilidade para uma mudança no jeito de olhar a sociedade e o mundo para assim poder lutar pelos seus direitos e pelo direito de todo o coletivo.

Por isso, como analisa CALDART (2004) a educação é vista como uma interação, uma socialização com a sociedade, a pedagogia do MST busca conscientização de seus sujeitos, como cita, seria a dimensão pedagógica da ação de lutar.

Nesse sentido é que observamos que para os sujeitos do MST a luta social é também uma luta educativa, ou seja, uma educação que forma o ser humano de maneira integral.

Para o MST a escola deve transcender seu sentido somente no âmbito da escolarização chegando aos Sem Terras como um lugar de formação de sujeitos, ou seja, a escola no e do campo também deve ser o lugar propiciador de novas experiências, no qual se possa cada vez mais associar a educação à cultura dos Sem Terras, educando estes para

a valorização de sua história e enraizamento cada vez maior nas suas lutas, ou seja, no movimento como um todo (OLIVEIRA, 2008, p.13).

É esse modo de educar e de se olhar a educação no movimento que permite refletir sobre cada detalhe do cotidiano enxergando as lutas, as conquistas e as derrotas e refletindo sobre tudo isso, assim continuando a luta. De acordo com o movimento, essa tarefa é também uma tarefa pedagógica que tem que ser mostrada todos os dias para que realmente os educadores no e do campo formem cotidianamente e pouco a pouco sujeitos conscientes, críticos e que valorizem sua história, sua cultura e suas lutas (OLIVEIRA, 2008, p.16).

Nesse sentido torna-se fundamental o papel dos educadores dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, pois com o conhecimento e compreensão de toda a história das lutas de outros povos e de seu povo, estes fazem com que seus educandos se sintam parte fundamental da história do movimento, assim continuando sua luta e sendo também uma estratégia da formação da identidade do sujeito Sem Terra e ao mesmo tempo uma forma de ser da pedagogia e da educação no movimento e em seu cotidiano.

É por isso que a escola para o MST é vista muito além de um espaço de acúmulo de conhecimentos, de se ensinar a ler, escrever e contar. Para o movimento a escola não é somente o único processo educativo, a escola é o lugar de experiências educativas, de práticas sociais, de reflexão histórica e política do movimento.

O movimento entende que dentro dos assentamentos e acampamentos a escola se torna ainda mais importante porque faz com que os sujeitos rurais se enraízem ainda mais, não esquecendo sua identidade e suas lutas para chegar até onde as crianças aprendem e compreendem a sua cultura, suas lutas e o que estão vivendo no momento em cada acampamento e assentamento.

Esse modelo de escola e de educação própria do movimento se torna um desafio para os educadores e educadoras do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, às vezes por questões de currículo e às vezes mesmo por questões relacionadas à experiência educativa de cada educador ou ainda por algumas escolas e o próprio movimento não andarem interligados.

Nesse sentido para que haja uma mudança na escola dos sujeitos rurais, estes também têm que lutar para que essa mudança efetivamente aconteça, pois não irá adiantar

educadores com propósitos de transformação da realidade se os educandos assim não quiserem.

Por isso o MST defende a necessidade de uma escola para os sujeitos rurais, construída por sujeitos rurais para a formação de sujeitos conscientes e com o fortalecimento de sua identidade Sem Terra.

Nesse sentido é que se pode observar como vai sendo consolidada, em nosso tempo, uma tendência de passar a exigir da escola que se preocupe com a formação de valores, com a educação para a democracia, com uma pedagogia da práxis, exatamente com a preocupação da degradação do ser humano que se observa na sociedade atua, a qual, se não foi provocada pela escola ou mesmo pela educação, não pode prescindir delas para realizar o contraponto, e da própria luta social, para que a sociedade assuma outros contornos. Se essa luta vai se configurar como revolucionária, não dependerá da escola, mas dos sujeitos sociais que assumirem, e que então a escola estará ajudando a se formar. (CALDART, 2004, p. 391).

Por isso, no entendimento de seus educadores, a escola e o MST devem andar em sintonia, para que se possa construir uma escola com qualidades libertadoras, transformadoras da realidade que vá muito além de uma pedagogia específica, mas que busque a humanização para os sujeitos nela inseridos, para que estes possam mudar nossa atual sociedade.

Não se trata, pois de tentar fazer da escola um aparelho ideológico às avessas, ou atendendo a outros interesses de classe, mas de provocar o reencontro da escola com algumas tarefas pedagógicas fundamentais, exatamente as que relacionam a formação humana, e que então vão ajudar também a produzir (e não apenas reproduzir) o próprio Movimento como princípio educativo. É assim que as tarefas escolares mais elementares passam a ter um sentido que as projeta para além delas: ler pode ser ler o mundo, estudar história pode ser cultivar a memória, refletir sobre comportamentos pode ser fortalecer valores (CALADART, 2004, p. 393).

É por isso que em todas as lutas do Movimento estão também intrinsecamente colocadas as lutas pela educação, cultura e conhecimento para os sujeitos do campo, para que estes possam produzir, criar e recriar, fortalecer seus valores e sua identidade, assim participando do processo educativo que também faz parte do Movimento.

Essa perspectiva tem como finalidade possibilitar as pessoas perceberem sua condição e refletirem sobre ela, assim tornando essa reflexão crítica através das relações

que elas travam em torno de outros indivíduos e dos seus objetivos a fim de superá-la e assim se emancipar.

Assim foi que os militantes do Movimento que tinham filhos começaram-se a mobilizarem para que se discutisse e tivesse uma escola que fizesse diferença na vida de seus filhos, assim o MST acaba por organizar o Setor de Educação do Movimento.

Nesse sentido a escola passa a fazer parte das lutas, da cultura e da dinâmica do MST, para seus dirigentes, assentamento e acampamento tem que ter escola. Isso acontece porque a maioria dos sem-terra tem seu acesso negado à escola e quando tem uma escola para freqüentar esta se localiza nos centros urbanos, com uma educação contextualizada aos meios urbanos. O que acaba por incluir o sujeito sem-terra na escola e ao mesmo tempo excluí-lo dentro da própria escola.

Por este motivo é que o nível de escolaridade entre os assentados é muito baixo, como ressalta CALDART (2004) quando analisa o censo da Reforma Agrária. De acordo com ela:

O censo da Reforma Agrária realizado pelo INCRA durante o ano 1997, em parceria com algumas universidades brasileiras, apontou um índice de 29,5% de jovens e adultos analfabetos nos assentamentos, uma realidade que sabemos chegar a mais de 80% em algumas regiões, e uma escolaridade média não superior a 4 anos, sendo encontrado um índice inferior a 2% de assentados com o ensino médio (CALDART, 2004, p.227-228).

A partir dessa realidade analisada pelo censo notamos então a necessidade que os militantes sentiram em relação aos seus filhos terem uma escola que eles não puderam freqüentar, assim iniciando a luta pela educação como também uma luta do Movimento.

Assim dentro dos assentamentos e acampamentos se começam a organizar grupos de professores que fazem atividades com as crianças, visando muito além da alfabetização, mas conscientizá-las da realidade da luta na qual estão inseridas, fazendo com que elas enraízem ainda mais dentro do movimento, fortalecendo a identidade de sem-terra.

O MST passa então a atuar na dinâmica da educação no âmbito nacional é o 1ª encontro Nacional de Professores de Assentamentos, em São Mateus no Espírito Santo, no qual participaram professores de vários estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, entre outros (2004, p.238-239).

A partir desse encontro o MST começa a ocupar a escola, isso acontece porque seus militantes fazem marchas nas secretárias de educação e órgãos públicos reivindicando o direito às escolas nos acampamentos e assentamentos.

Nesse sentido é que se dá a ocupação da escola por parte do Movimento que deveria acontecer em prol de uma escola diferente que tivesse em sintonia com o cotidiano de seus sujeitos e que levasse as lutas, a cultura, a conscientização, a realidade política e histórica na qual estavam inseridos para dentro do espaço escolar. Para isso havia a necessidade de educadores preparados para ensinar essas crianças e que acreditassem na luta do movimento, formulando currículos específicos para os sujeitos rurais e metodologias que levassem em consideração a realidade desses sujeitos.

Assim inicia-se a luta na formação de educadores e educadoras para atuarem na educação do e no campo. Em janeiro de 1990 forma-se a 1ª turma de magistério do MST, no município de Braga com a parceria com Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa- FUNDEP (CALDART, 2004, p. 246).

Nesse sentido é que os educadores e até mesmo as famílias dos alunos das escolas dos assentamentos e acampamentos, começando a discutir como fazer uma escola diferente das escolas oficiais, pois o Movimento em suas experiências não tinha a educação como uma dessas experiências além da referência de Paulo Freire no movimento.

Assim educadores começam então a utilizar-se das experiências de cada um deles, dos educandos e do próprio Movimento para a formação de uma escola do campo que realmente fizesse sentido no cotidiano dos assentamentos e acampamentos.

Nesse sentido formaram-se vários aliados cuidando da tarefa educacional no Movimento, os educadores do campo.

Os educadores do campo começaram a refletir sobre como produzir as escolas que eles queriam, como organizar e formar essas escolas. Para tal foram feitos vários encontros e resolveram a partir desses encontros escreverem uma proposta educacional, para isso o movimento utilizou de três princípios:

A primeira delas foi então as experiências e as perguntas trazidas pelos sujeitos mais diretos do trabalho de educação nos acampamentos e assentamentos, através de um processo de sistematização que já havia sido iniciado em alguns estados com tempo maior.

A segunda fonte foi o Movimento como um todo, através dos objetivos, princípios e aprendizados coletivos que a sua trajetória já tinha acumulado. Como exemplo a própria noção segundo a qual, se sem luta nada se conquista, então a luta pela escola também deveria ser massiva para educar as pessoas para seu valor; também o princípio do valor educativo do trabalho, da direção coletiva, do cultivo da mística, todos já consolidados na formação dos sem-terra deste momento.

A terceira fonte foi constituída por alguns elementos de teoria pedagógica trazidos na bagagem de algumas professoras e também pedagogos que começaram a ajudar na sistematização. Pelos registros da época a ênfase esteve no estudo de Paulo Freire e também de alguns pensadores e pedagogos socialistas: Krupskaya, Pistak, Makarenko e José Martí, sendo que esses dois últimos já eram estudados há mais tempo dentro do MST, pelas contribuições que traziam a outros setores de atuação do Movimento (CALDART, 2004, p. 261-262).

Nesse sentido devemos deixar claro que para o movimento o maior de todos os seus princípios pedagógicos são as práticas, as experiências e as lutas de seus militantes.

A partir desse princípio é que o MST começou a fazer um planejamento coletivo de atividades que já existiam no cotidiano dos assentamentos e acampamentos e que poderiam ser atividades utilizadas de forma pedagógica, assim utilizando-a na alfabetização, EJA e Educação Infantil.

Assim analisa CALDART (2004) quando fala da escola do MST:

A escola do MST se insere nesta discussão, onde então certos detalhes começam a ser bastante valorizados na proposta: a presença da bandeira do MST na escola, o tipo de canções que acompanham as brincadeiras das crianças, a resposta que costumam dar à pergunta: você é Sem-Terra...Emerge, pois, com força uma nova dimensão da proposta: a preocupação com o cultivo da identidade histórica do Movimento e de seus sujeitos (CALDART, 2004, p.265).

É fundamental para se formar essa identidade nos sujeitos rurais a qualificação dos professores, assim o MST vinculado às universidades criou o curso superior de pedagogia. Foram formados também cursos técnicos como o TAC (Técnico Administração de Cooperativas) através do FUNDEP, este curso acabou ainda dando início ao Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa na Reforma Agrária, o ITERRA (CALDART, 1996, p.272)

3. A luta do camponês pela educação no e do campo

Neste item abordaremos a educação no MST e como esta se constitui em parte fundamental da luta do movimento e também no processo de luta pela terra, deixando claro que não é uma educação desvinculada de tudo o que eles lutam e sim uma educação específica, com parâmetros específicos, currículos específicos, ou seja, uma pedagogia voltada para o cotidiano dos educandos do meio rural.

Devemos também ressaltar que o MST, um dos mais importantes movimentos sociais do país, tem um papel fundamental nesta luta por uma educação igualitária para o povo do campo, mas visando sempre o meio em que vivem e suas especificidades para que o sujeito do campo não perca sua identidade de sujeito Sem Terra. Como cita Caldart (2004).

(...) é a própria realidade como se apresenta o MST hoje que coloca a análise da dimensão cultural como uma das possibilidades de sua compreensão histórica. Trata-se de um movimento social que se foi constituindo historicamente também pela força de seus gestos, pela postura de seus militantes e pela riqueza de seus símbolos. Do chapéu de palha das primeiras ocupações de terra ao boné vermelho das marchas pelo Brasil, os *Sem Terra* se fazem identificar por determinadas formas de luta, pelo estilo de suas manifestações públicas, pela organização que demonstram, pelo seu jeito, enfim, por sua identidade (CALDART, 2004 p.43-44).

Nesse sentido devemos pensar na educação desses sujeitos como uma forma de reforçar sua identidade, ou seja, ela deve ser definida coletivamente pelos próprios sujeitos do campo necessitando então que estes sejam os protagonistas dessa educação.

Essa educação deve fazer sentido na vida do educando do campo, deve compreender o ambiente no qual este vive, sua vida, seu trabalho, sua cultura e as relações sociais engendradas nesse meio.

Nesse sentido é que a educação para o sujeito do campo tem que expressar seus interesses e necessidades e não somente reproduzir os valores do meio urbano, por isso a luta por uma educação específica, com currículos específicos, ou seja, uma pedagogia específica para que assim o sujeito do campo possa emancipar-se, possa problematizar seu pensamento e pensar para além.

Como podemos notar nas palavras de FREIRE (2005): “Percebo que a luta engendra um sabor em certo nível que se luta é peleja, há uma certa noção, há uma certa clareza para aquilo que se luta, há uma noção de remover obstáculos (FREIRE, 2005, p.22), ou seja, cabe aos homens transformar a realidade em que vivem e é necessário para

tal a práxis, a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para assim poder transformá-lo, por isso a necessidade de uma educação que conscientize o sujeito do campo reforçando suas raízes, de uma educação includente e democrática, que os façam refletir fazendo com que a ação educativa também seja uma ação libertadora.

Quando colocamos esses conceitos dentro do panorama da educação popular notamos que o educando se re-descobre e descobre ao mundo ao mesmo tempo, tomando consciência desse mundo e levando muito mais do que o acúmulo de conhecimentos, mas a reflexão sobre a palavra do educador, como percebemos nas idéias expressas por de Paulo Freire. É necessário lembrar que tudo isso está intrínseco a vivência do educando, a sua experiência, unida ao fazer no seu cotidiano, no seu assentamento ou acampamento, é para isso que a escola no campo e a educação no e do campo tem que servir, e não apenas como um lugar no qual se depositam os sujeitos do campo e nada mais além disso, sem um currículo, um planejamento e um material pedagógico.

Por isso a necessidade de políticas públicas que incentivem a construção de escolas nos assentamentos e acampamentos, pois o fato do sujeito do campo ter que ir para o meio urbano acaba por disseminar que o espaço urbano é superior ao meio rural, de que a vida na cidade oferece acesso a bens e serviços que não tem no campo, colocando a cidade como um lugar de desenvolvimento enquanto que o meio rural seria o lugar do atraso, da ignorância, da pobreza, ou seja, os sujeitos rurais do campo, nas escolas do meio urbano, acabam por desvalorizar a vida do campo, diminuindo a auto-estima dos alunos e descaracterizando suas identidades.

A educação rural tem que ser um instrumento que incentive seus sujeitos a pensar e agir por si próprios, fortalecendo sua identidade, sua cultura, suas aprendizagens, assim tomando suas próprias decisões, sabendo sua posição dentro do movimento como trabalhador rural Sem Terra e militante.

As populações do campo têm o direito de definir seus próprios caminhos, seus interesses, aquilo que acham pertinente aprender em consonância com sua cultura, suas lutas e seu cotidiano.

Um das ações em relação à educação no e do campo foi a criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), esse programa veio por meio das reivindicações dos trabalhadores rurais pelo direito a educação. O PRONERA foi criada após “O I Censo da Reforma Agrária no Brasil”, realizado em 1998,

ele visa atender principalmente os assentados que vivem em áreas de reforma agrária no país.

Esses são alguns dos indicadores que demonstram a histórica negação à população que vivem no meio rural brasileiro, do direito de acesso e de permanência na escola, pois se não fossem as lutas dos movimentos nem haveria o PRONERA.

Alguns autores consideram que os assentados rurais, por intermédio dos programas de reforma agrária fazem parte de um grupo de camponeses, constituindo assim, o que chamamos de campesinato. A expressão campesinato designa um estrato da população brasileira que conseguiu terras por assentamentos ou créditos fundiários. O outro estrato seria a burguesia agrária que acabou por lucrar com esse modelo capitalista de agricultura (FERNANDES, 2004).

Os camponeses têm uma terra pequena e seus gastos acabam sendo enormes por estarem inseridos numa agricultura capitalista que usa tecnologias modernas, utilizando sementes híbridas e ou transgênicas e os demais insumos industriais adquiridos de empresas transnacionais (CARVALHO, 2003, p.18).

Assim, de acordo com este autor, os pequenos proprietários afundaram-se em dívidas caindo na pobreza, passando a depender do governo. Nesse sentido, Horácio Martins de Carvalho afirma que

É responsabilidade dos movimentos e organizações sociais e sindicais no campo aprofundar a explicação da realidade brasileira no sentido de melhor caracterizar esses dois estratos da agricultura familiar, a pequena burguesia agrária e o campesinato, de maneira a diferenciar as suas reivindicações com relação às políticas públicas (CARVALHO, 2003, p. 19).

Para este autor, os trabalhadores rurais precisam conscientizar-se dessa política capitalista, libertando-se desse sistema, no qual eles cada vez mais empobrecem. Nesse sentido a educação seria um dos principais instrumentos para a libertação desses trabalhadores, se os mesmos como sujeitos do processo dialógico pensarem a respeito de ser e como ser no meio em que vivem, assim conscientes de estarem envolvendo-se em movimentos sociais.

Por isso o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra defende a necessidade de uma educação do e no campo que além de alfabetizar leve em consideração o meio em que vivem. Ocorre que o desenvolvimento capitalista concentra as terras ao mesmo tempo em

que empurra a população rural cada vez mais para os centros urbanos, causando o desemprego e conseqüentemente miséria.

Nesse sentido o objetivo dos movimentos que atuam no campo é construir uma educação do campo e não do meio rural, pois segundo FERNANDES e CALDART (2004, p. 22) a expressão campo tem por objetivo incluir no processo uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais que atualmente tentam garantir a sobrevivência deste trabalhador.

Para estes autores,

(...) quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (FERNANDES, CERIOLI & CALDART, 2004, p. 22).⁶

Foi a partir dessas lutas que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi se formando e se tornando um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil.

O MST nasceu das lutas concretas pela conquista da terra, que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região Sul, num momento em que aumentava a concentração de terras e ampliava a expulsão dos pobres da área rural, devido à modernização da agricultura e à crise do processo de colonização implementado pelo regime militar (NETO, 1998, p. 18).

O movimento luta por uma educação do campo e pela reforma agrária, exigindo que a estrutura para tal deva ser garantida pelo Estado. A reforma agrária exigida pelo movimento seria a redistribuição de terras, modificando as relações de trabalho, propriedade privada e modos de produção que estão nas mãos das elites agrárias. Esse discurso é contraditório, à medida que:

Ao mesmo tempo em que o MST afirma lutar por uma sociedade socialista, em que devem ser rompidas as barreiras do direito “sagrado” da propriedade através das ocupações de terras no campo, aceita e defende a pequena propriedade rural, contribuindo para ampliar e fortalecer as relações capitalistas de produção no campo, apesar de este setor ter sido historicamente considerado um entrave nas lutas para a construção de uma sociedade socialista, dado seu caráter conservador (NETO, 1998, p. 19).

⁶A I Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo" aconteceu em Luziânia, Goiás, de 27 a 31 de julho de 1998, e teve como principal objetivo "ajudar a recolocar o rural e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país" (Fernandes, Cerioli & Caldart, 2004, p. 22.).

Ainda assim é preciso salientar que o MST busca a emancipação de todos os trabalhadores, começando pelo trabalhador do campo que nesse caso, exerceria uma função demiúrgica de emancipar a classe trabalhadora de toda a exploração a ela imposta.

Nesta perspectiva é importante salientar que o campo é um importante gerador de riquezas para o nosso país, por isso não pode ser desvalorizado. Nesse sentido podemos perceber a quase ausência de políticas públicas que garantam esses direitos principalmente em relação à educação básica no campo.

Segundo CALDART (2004) as dificuldades de acesso a educação no campo resultam de um processo econômico, social, cultural e de políticas educacionais em nosso país, que deixou como herança a precariedade no funcionamento das escolas rurais, a infraestrutura, a má formação dos professores e professores formados no meio urbano que não sabe das especificidades do meio rural, os espaços físicos inadequados, entre outros fatores.

Nessa perspectiva não podemos concordar com uma educação em que predomina uma concepção somente a relação cidade-campo, com os valores, os conhecimentos, cotidiano e atitudes distintas do modo de vida e da cultura da população do meio rural.

No que diz respeito a educação do e no campo, é importante ressaltar que a Lei n.9394 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (LDB), estabelece no ART.28 que na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região, especialmente:

- I) Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas as reais necessidades e interesses do aluno da zona rural.
- II) Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.
- III) Adequação a natureza do trabalho na zona rural.

O que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) especifica é a oferta da educação básica para a população rural, determinando que os sistemas promovam as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região. Ocorre que os governos estaduais e federais fizeram pouco progresso no sentido de

estabelecer políticas e práticas efetivas para a educação no meio rural brasileiro, pois entendiam ser mais barato ceder o transporte escolar para as crianças estudarem em uma escola urbana.

Na origem dessas iniciativas governamentais em nossa sociedade brasileira, é possível identificar diversas articulações e mobilizações da população rural que, por meio de suas organizações e movimentos sociais, reivindicando novas políticas públicas que garantam não apenas o acesso à educação, mas, fundamentalmente, a construção de uma escola e de uma educação do campo.

Ressaltando que muito mais que uma simples mudança de rural para campo, a expressão educação do campo é um dos traços marcantes da identidade de sujeitos Sem Terra, para o movimento na luta por políticas públicas que garantam o direito da população rural a uma educação que seja no e do campo.

É um movimento que, conforme destaca CALDART (2004), mais que o direito da população ser educada no lugar onde vive, o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

A educação, nesse caso, deveria ter como base formar o cidadão politicamente, socialmente e culturalmente fazendo com que ele consiga se identificar historicamente no meio em que vive e perceber as diferentes identidades.

Nesse sentido a educação no campo deve pensar desde os interesses sociais, políticos e culturais de um determinado grupo social devido ao fato de ser um vínculo com sujeitos sociais concretos, mas com um recorte específico sem deixar a universalidade (CALDART, 2002, p. 25-36).

Ao analisarmos como está sendo ofertada a educação no campo observamos em primeiro lugar a dificuldade de acesso e nos lugares que oferecem esse ensino há sempre uma ampla discussão sobre a sua qualidade.

Na I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo (1998), foi analisada a precariedade da educação no campo deixando claro sua importância. Como afirma CALDART (2004, p.1), o campo é espaço de vida digna e é legítima a luta para as políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Foram aprovadas nessa conferência as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.

A luta pela educação no campo deve pensar primeiramente na formação de todos os sujeitos desse meio. Uma formação específica e, portanto com metodologias específicas para uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores e moradores do campo. Sendo assim, considera-se que o sujeito do campo tem que se libertar dos estereótipos que estão arraigados por outras culturas e se valorizar podendo assim fazer parte de um processo emancipatório, ou seja, o campo necessita como já citamos de políticas públicas de incentivo e de propostas educacionais relacionadas ao interesses dos sujeitos do campo e que esse debate também seja feito com eles para saber como eles querem essa educação, como já foi feito um projeto, no qual segundo Nascimento:

Os princípios deste projeto de política educacional da Educação Básica do Campo. São eles: o princípio pedagógico do papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana; princípio pedagógico da valorização diferentes saberes no processo educativo; o princípio pedagógico dos espaços e dos tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem; o princípio pedagógico do lugar da escola vinculado à realidade sujeitos; o princípio pedagógico da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável e o princípio pedagógico da autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino. É uma revelação do quanto se avançou na perspectiva do construto de uma política pública setorial (NASCIMENTO, 2004, p.10).

Essa luta deve buscar a superação da exploração enfrentada por toda a população do campo. Por isso é necessária uma práxis que seja a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para assim transformá-lo.

Os educadores do campo devem buscar a vontade de mudança dos educandos e de si mesmos. Eles devem ensinar no campo para que seus alunos cresçam e se superem, não para abandonar o meio rural e suas causas, mas para crescer dentro desse meio e lutar por essa causa.

Por isso o movimento entende que deve existir no educador uma convicção de que mudar é possível, dado que seguindo os ensinamentos de Paulo Freire, é necessário que compreendamos que,

No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas mudar (...) Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas (FREIRE, 2006, p.77).

Sendo assim, podemos perceber que a importância de uma pedagogia diferenciada no campo traria a reflexão sobre como esse processo deve acontecer e a necessidade de apoio do governo, igreja, Ong's e da sociedade civil.

Como agente dessa pedagogia diferenciada, a educação no campo necessita de educadores que saibam como ensinar no meio rural, para tal deve haver uma formação específica de educadores para atuarem nesse meio. Como afirma Roseli Caldart,

Não se trata de 'inventar' um ideário para Educação do Campo; isso não repercutiria na realidade concreta [...] e nem seria uma verdadeira teoria. O desafio que temos, enquanto sujeitos que colocaram esta 'bandeira em marcha', é de abstrair das experiências, dos debates, das disputas em curso, um conjunto de idéias que possam orientar o pensar (especialmente dos educadores) sobre a prática de educação da classe trabalhadora do campo; e, sobretudo, possam orientar e projetar outras práticas e políticas de educação (CALDART, 2004, p.3).

Um outro fator que requer atenção é o formato de escola que seria capaz de atender a essas tarefas sem deixar de lado a formação que o educando deve ter e deve-se também refletir sobre o desenvolvimento do trabalho do educador para que se alcance esse objetivo, ou seja, que se tenham objetivos reais e não apenas objetivos proclamados, que segundo CALDART (2004, p.3), seria avançar na clareza teórica e de projeto para poder dar um grande salto de qualidade das lutas políticas e nas práticas pedagógicas, dando conteúdo a bandeira criada por esta luta e pensando sempre o que é a educação do campo, dado que de acordo com CALDART (2004):

Este desafio se desdobra em três tarefas combinadas: manter viva a memória da Educação do Campo, continuando e dinamizando sua construção e reconstrução pelos seus próprios sujeitos; identificar as dimensões fundamentais da luta política a ser feita no momento atual; seguir na construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo (CALDART, 2004, p.3).

Essa problemática deve ser bastante discutida, para que assim se possa ir gerando uma reflexão sobre as escolas no campo para crianças, jovens e adultos, com currículos específicos e também em todos os assentamentos e acampamentos com os mesmos subsídios que são oferecidos para as escolas dos centros urbanos. O que se pode analisar é o fato de a luta pela educação no campo já estar sendo debatida em agendas dos governos e congressos de movimentos sociais e sindicais

A luta pela educação no campo, já mostra avanços, mas ainda falta muito para que os moradores e trabalhadores do campo possam realmente ter uma um ensino de qualidade

que atenda às suas necessidades de ensino e aprendizagem e oriente-os para o trabalho. Como diz CALDART (2004):

É por isso também, que são bem mais comuns as pedagogias que se colocam *para* os oprimidos, os trabalhadores e os movimentos sociais, e não as pedagogias que são *deles próprios*. Quando a luta social passa a ser vista como educativa, necessariamente se altera o olhar sobre quem são os *sujeitos educadores*. Também na pedagogia é possível tentar *virar o mundo de ponta-cabeça*, ou pelo menos passa a olhar-lo desde um outro ponto de vista (CALDART, 2004. p.340).

Assim é que a luta do Movimento torna-se uma luta legítima, na qual a educação passa a fazer parte desta luta como uma ideologia do MST e um objetivo que vai muito além do discurso de uma escola gratuita, pública, laica e de qualidade, mas uma escola que efetivamente seja para todos e adapte-se a todos.

Considerações Finais

A presente monografia que teve como objetivo discutir a proposta educacional da educação no e do campo focando assim na proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos movimentos mais conhecidos atualmente e que em se tratando da educação no e do campo vêm lutando para que esta seja efetivamente um direito deles garantido pelo governo.

A pesquisa também procurou analisar a metodologia da educação e dos educadores do campo, sendo bastante importante para que pudesse refletir sobre uma proposta de educação muito mais ampla do que aquela que formalmente conhecemos e somos levados a internalizá-la como única no decorrer de nossas vidas.

Nesse sentido, é interessante analisar a passagem do livro introdutório que apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC, revelando a forma como é tratada a escola rural:

(...) as escolas de maior porte, que atendem em média 669,7 alunos estão localizadas majoritariamente nas áreas urbanas, o que resulta do intenso processo de urbanização experimentado pelo país nas últimas décadas (...) Na verdade, essas escolas concentram-se na região Nordeste (50%), não só em função de suas características sócio-econômicas, mas também devido à ausência de planejamento no processo de expansão da rede física (BRASIL, 1999, p.18).

Assim percebemos como a escola do campo tem sido ignorada e deixada fora de grande parte das políticas públicas realizadas nos âmbitos educacionais, por isso que têm resultados pedagógicos insuficientes, altos índices de evasão, grandes números de crianças, jovens e adultos não alfabetizados.

Entretanto, uma nova realidade está surgindo, provenientes das lutas dos movimentos, de seus militantes e de pessoas que acreditam em uma educação no e do campo. O que o MST pretende é influir nas políticas públicas, melhorando assim as estruturas das escolas de assentamentos e acampamentos, aumentando o número de escolas no mesmo.

Assim afirmando sua identidade e dignidade ao descobrir, redescobrir e potencializar seus conhecimentos e culturas por meio da luta pela escola pública e de modalidades inovadoras na educação em suas próprias áreas, desafiando os educadores para a promoção de currículos específicos, ou seja, de uma educação específica.

Nestas condições de existência, estas devem possibilitar às crianças e jovens a continuar na luta pelos seus direitos de cidadania, o que implica o direito à propriedade, ou seja, terra para viver e a escola que dê condições para assumir desafios cada vez mais amplos na sociedade.

Para tal há a necessidade de uma estrutura de ensino nos acampamentos e assentamentos, como percebemos na proposta do MST:

O ensino deve sempre partir da realidade vivida pela criança na escola, no assentamento, no mundo a fora. A teoria, os conteúdos já elaborados servem para ajudar a refletir sobre essa realidade. O resultado da reflexão deve ajudar a transformar a realidade e a nossa vida. Deve levar a uma prática concreta. (DOSSIÊ MST ESCOLA, p.35).

Por esses motivos é que se torna uma grande necessidade para o movimento que se tenha uma proposta educacional e que esta tenha eficácia, pois a educação do campo está sofrendo um processo de renovação e dinamização social e cultural ajudando na construção de sujeitos e de uma identidade coletiva.

Nesse sentido os educadores do campo devem ter uma formação específica para atuar no campo e atender a necessidades dos educandos do campo e não ter uma mentalidade da educação urbana, esses educadores devem ter currículos específicos, calendários que atendam a disponibilidades dos educandos, projeto político pedagógico que seja adequado aos integrantes do campo.

Entretanto foi fundamental para minha formação acadêmica pesquisar sobre a educação do e no campo, pois pude refletir em como nem sempre paramos para pensar no “outro”, e em que medida como formadores que futuramente seremos vamos fazer este exercício, não só de pensar em nossos educandos, mas sim pensar em como trazer a aprendizagem até ele, respeitando sua identidade, seu contexto, seu cotidiano e suas ideologias.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, C. A.; LUCINI, M. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógico em relação.** Cadernos CEDES, V.27, N.72, Campinas, Maio/Agosto. 2007.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983.

ATTAD, J. J. **O mundo da escola rural nas representações sociais de seus egressos.** Dissertação, Unicamp, Campinas, 1989.

BEZERRA NETO, L. **Sem Terra Aprende e Ensina: Um estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST -** Campinas, autores associados, 1999.

BRASIL, **Estatuto da criança e do adolescente (ECA).** Lei 8.069, de 13 de Julho de 1.990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, MEC, 1997.

CALDART, R. S. **O currículo das escolas do MST.** In: Alfabetização e Cidadania, n. 11, Abr. 2001.

CALDART, R. S. **Educação em Movimento: Formação de educadoras e educadores no MST.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Ed. Expressão Popular, 2004, 4ª edição.

CALDART, R. S. **Por uma Educação no campo: Traços de uma identidade em construção.** In: Por uma educação no campo: Identidade e políticas públicas. V.4. Brasília, 2002. p.25-36.

CALDART, R. S. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo.** Seminário Estadual da Educação do Campo promovido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná de 9 a 11 de março de 2004; “*Momento Atual da Educação do Campo*”; Do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo.

CARVALHO, H. M; **O camponês no capitalismo atual.** Texto publicado na Revista Sem

Terra, Ano V nº 19, abril/junho 2003, p.16-19.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

Documentos e Estudos 1990 – 2001. ITERRA, 2005.

FERNANDES, B. M., CERIOLI, P. R. e CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, M. Gonzalez, CALDART, R. S. MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2004. p. 19 – 63.

FERNANDES, B. M. **Delimitação conceitual de campesinato.** Texto, 2004.

FREIRE, P. **Que fazer: Teoria e prática em Educação Popular.** 6.ed. editora Vozes,2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** 33ª edição. São Paulo, Editora: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.**30ª edição. São Paulo, Editora: Paz e Terra, 2001.

FUNDEP. **Coragem de Educar: uma proposta de educação para o meio rural.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GAJARDO, M. **Enseñanza Basica en las Zonas Rurales.** Chile: UNESCO/OREALC, 1988.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Ed. Vozes, 1990.

HADDAD, S. e DI PIERRO, M. C. **A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra em Bagé e Sarandi. (RS)** Brasília. D.F: INEP, 1994.

MEC – **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Versão preliminar para discussão nacional.

MEC/INEP – **Plano Nacional de Educação.** Proposta do Executivo ao Congresso.

MELLO, R. R. “*Tornar-se ao ser professor: as contribuições da literatura.*”; In MELLO, R. R. **Os saberes docentes e a formação cotidiana nas séries iniciais do ensino**

fundamental: um estudo de casos múltiplos de tipo etnográfico, 1998, Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos.

OLIVEIRA, M. A. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo: Pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno**. 2008, Tese (Doutorado em Educação) UFPR, Paraná.

OLIVEIRA, M. R. D De. **Dos programas oficiais para educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais**. 2008. Universidade Federal do Ceará.

MENEZES NETO, Antonio Julio de. **Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Ed. Quartet, Rio de Janeiro, 2003.

MION, Rejane Aurora; JESUS, Vânia Cristina Pauluk De. **Proposta para Educação no campo e Demanadas dos trabalhadores**. Artigo apresentado para Ação Educativa, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dossiê MST escola**.

NASCIMENTO, C.G. **Educação, cidadania e políticas sociais: A luta pela educação básica do campo em Goiás**. Universidade Estadual de Goiás (UNG), 2004.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. Ed. brasiliense, 1981.

RIZZOLI, A. **O real e o imaginário na educação rural**. Tese, Unicamp, Campinas, 1987.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In:

Documentos Eletrônicos:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000200005&lng=pt&nrm=iso&tl... - 79k -

www.mst.org.br

(www.mst.org.br/especiais/23/destaque.)

(www.mst.org.br/book/export/html/1046)

“Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo”; “Momento Atual da Educação do Campo” www.uff.br/trabalhonecessario/rcaldart%20TN2.htm - 86k -

DECLARAÇÃO FINAL: “Por Uma Política Pública de Educação do Campo”
www.forumeja.org.br/ec/files/2ª%20Conferência.pdf ;